

4 O trabalho e a família

A família é um núcleo muito importante para a vida da sociedade. Para a Sociologia, a família é interpretada como um grupo social diferente de todos os outros. Para o seu estudo existe uma área especializada na Sociologia - a Sociologia da Família.

A **Sociologia da Família** estuda diversos aspetos relacionados com o grupo familiar. Entre estes aspetos surgem, por exemplo, o casamento, a escolha do cônjuge, a dimensão da família, os papéis femininos e masculinos, as relações entre os cônjuges, o papel das crianças, e as relações de parentesco mais alargadas. Ou seja, a Sociologia da Família estuda todos os fenómenos sociais relacionados com as pessoas no grupo familiar.

Diferentes perspetivas teóricas tratam a questão da família de várias formas. Por exemplo, uma das perspetivas, designada por **estruturo-funcionalista**, vê a família como um sub sistema social com funções específicas dentro da sociedade. Estas funções especializadas relacionam-se com a socialização dos mais jovens e a estabilidade psicológica do adulto. A família cumpre estas funções de acordo com a cultura dominante. Isto é, de acordo com as normas e os valores dominantes na região ou na comunidade a que pertence.

Uma outra perspetiva, conhecida como **interaccionismo**, critica a anterior, dizendo que ela parte de preconceitos sobre o que deve ser a família. Para o interaccionismo a família deve ser estudada primeiro no que acontece nas relações entre os seus membros. A palavra «interação» refere a importância do contato entre as pessoas – membros da família. Os interacionistas dão menos importância à relação da família com a sociedade mais vasta. A família é, assim, considerada como um núcleo de pessoas em interação umas com as outras. As pessoas vão, pelo seu comportamento e as suas ações, influenciar as ideias, as atitudes e o comportamento dos outros membros da família. Isto significa que, no seu dia a dia, os membros da família vão construindo, muitas vezes sem se darem conta disso, a maneira como as suas relações se desenvolvem.

Qualquer uma destas perspetivas considera, no entanto, que entre os elementos da família há sempre uma separação de papéis sociais. Isto significa que a forma como cada um se comporta dentro da família não depende apenas das suas características pessoais ou da sua personalidade. Depende, sobretudo, dos modelos de comportamento definidos pela sociedade em relação ao lugar que cada um ocupa na família. Há um conjunto de normas e valores sociais que definem à partida, por exemplo, o que deve ser uma boa mãe, um bom pai, um bom marido, uma boa esposa, um bom filho ou filha, um bom tio ou tia, um bom primo ou prima, etc.

Sociologia da Família

Estuda todos os fenómenos sociais relacionados com as pessoas no grupo familiar.

Estruturo-funcionalismo

Conjunto de teorias que procuram explicar aspetos da sociedade em termos das suas funções e consequências. Partem do princípio que tudo o que existe na sociedade tem uma função ou dá uma contribuição necessária para o funcionamento de todo o sistema social.

Interaccionismo

Caracteriza as teorias da Sociologia que escolhem como objecto de estudo os processos de interação (relação entre duas ou mais pessoas) que surgem em pequenos grupos.



Atividade

No teu caderno, responde às seguintes questões:

1. Refere os principais temas estudados pela Sociologia da Família.
2. Quais as duas perspetivas teóricas dominantes na Sociologia da Família?
3. Diz quais as principais diferenças entre as duas.

Trabalho doméstico

Trabalho relacionado com as tarefas desenvolvidas no espaço da casa e da família.

4.1 A divisão doméstica do trabalho

O **trabalho doméstico** é o trabalho que diz respeito às tarefas realizadas no espaço da casa e para o bem-estar e sobrevivência da família. Por isso se diz que o trabalho doméstico faz parte do domínio privado da vida das pessoas.

Há, em todas as sociedades, uma divisão das tarefas domésticas de acordo com o género. Geralmente a mulher ocupa-se de tarefas relacionadas com os cuidados com a casa, com os filhos e as filhas com os restantes membros da família, como por exemplo: preparar e cozinhar a comida, a limpeza da casa, a lavagem da roupa, os cuidados com os filhos e os doentes.

Em Timor-Leste, habitualmente, é a mulher que procura os produtos necessários para a alimentação, vai à lenha, à água, cozinha e faz alguns produtos do uso doméstico. Alguns destes produtos podem, também, ser vendidos ou trocados no mercado como, por exemplo, os tais. Mas, também, vendem nos mercados produtos da terra que as famílias e as comunidades produzem, como batatas, couves, cenouras, feijões, lenha, etc.



Mulheres timorenses a venderem produtos da agricultura

Os homens, pelo seu lado, dedicam-se, muitas vezes, mais ao trabalho fora de casa do que as mulheres. Em Timor-Leste são os homens que, por exemplo, constroem as casas, preparam a terra e cuidam dos animais de grande porte como os búfalos.

No entanto, esta divisão de tarefas não tem nada de natural. Quer dizer, não há nada na natureza ou biologia humana que determine se são os homens ou as mulheres a realizar estas tarefas.

A divisão de tarefas de acordo com o género resulta de hábitos sociais que foram sendo definidos ao longo dos tempos. Isto é, resulta da cultura dominante em determinada região. Por isso é possível encontrar certas regiões em Timor-Leste onde a divisão das tarefas entre homens e mulheres não é esta. Por exemplo, em algumas regiões as mulheres trabalham na agricultura ou em alguns períodos de trabalho agrícola (como a plantação e replantação do arroz) e noutras não.



Mulheres a desenvolverem trabalho na agricultura

Participação das mulheres no mercado de trabalho

Para além do trabalho doméstico as pessoas realizam, igualmente, atividades fora do contexto familiar. Como referimos anteriormente, a participação das mulheres no mercado de trabalho têm vindo a aumentar, mas está longe de ser igual à dos homens. O relatório das Nações Unidas, de 2009, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres em Timor-Leste referia as questões do emprego como uma das grandes preocupações na promoção da igualdade. As mulheres possuíam, nesta altura, taxas muito elevadas de desemprego. As que estavam empregadas, em geral, não tinham segurança de emprego e eram mal pagas e trabalhavam, sobretudo, em atividades ligadas à **economia informal** como na agricultura.

A economia informal refere-se às atividades económicas que não obedecem aos aspetos formais. Por exemplo, as trocas comerciais entre as pessoas não são acompanhadas de documentos oficiais como recibos e faturas. As relações de trabalho, na economia formal, são acompanhadas de um documento oficial - o contrato de trabalho. Estes dados aparecem nas estatísticas oficiais. Quando as transações ou trocas se fazem sem estes documentos elas não entram nas estatísticas oficiais e, por isso, não estão sujeitas ao pagamento de impostos. Quando isto acontece diz-se que estamos perante a economia informal. Este tipo de economia existe em todos os países. Por vezes, utilizam-se também os termos economia paralela ou mercado negro para designar esta realidade.

Economia informal

Existe em todos os países e corresponde às trocas que são feitas sem qualquer documento a comprová-lo.

i

O micro-crédito surgiu na década de 1970 e consiste num sistema de crédito dado às populações pobres ou muito pobres que não têm possibilidade de recorrer aos bancos. O micro-crédito consiste no empréstimo de pequenas quantidades de dinheiro para apoiar o desenvolvimento de pequenos negócios.

O programa do IV governo constitucional (2007-2012) propunha promover a criação de cooperativas agrícolas e desenvolver mecanismos de micro-crédito agrícola, em especial, para as mulheres. Esta proposta tinha como objetivo ultrapassar o problema da falta de condições de trabalho das mulheres em Timor-Leste.

Como referimos antes, à medida que as sociedades se vão desenvolvendo as mulheres passam também a fazer trabalho remunerado fora de casa. Em Timor-Leste muitas mulheres têm atividades que, tradicionalmente, eram apenas desempenhadas por homens. Um bom exemplo disto é a política. Nas eleições de 2012 as mulheres conseguiram 38,5% dos lugares no Parlamento. Esta é uma percentagem muito elevada quando comparada com outros países da região e, até, do mundo. Em grande parte esta participação elevada deve-se à tradição de empenho das mulheres na luta pela independência e na reconstrução de Timor-Leste. A Assembleia Constituinte, que redigiu a primeira Constituição da República Democrática de Timor-Leste, já tinha uma participação de 27% de mulheres. A participação das mulheres na política é elevada não só a nível nacional como, também, local. Nas eleições para a liderança comunitária de 2009, 28% dos eleitos para os conselhos de suco eram mulheres. Hoje, em Timor-Leste, existem mulheres em posições importantes no governo, no parlamento e na sociedade civil. Há, por exemplo, mulheres a desenvolver atividades na polícia ou como juízas nos tribunais.



Mulheres militares que fazem parte do Exército Timorense

Estas mulheres habitualmente não deixam de desenvolver as tarefas domésticas. Em geral, mesmo nos países mais desenvolvidos, as mulheres ocupam mais tempo em atividades não remuneradas de âmbito doméstico do que os homens. Por isso, acabam por ser prejudicadas na sua progressão profissional. Por outro lado, ao não participarem nas tarefas domésticas e, sobretudo, nos cuidados com as crianças, os homens acabam por ficar prejudicados. Perdem a oportunidade de ter mais e melhores relações com os filhos e com os restantes elementos da família. Com a preocupação de promover uma maior igualdade entre homens e mulheres na sociedade muitos países desenvolveram políticas de apoio à família.

Atividade



No teu caderno, responde às seguintes questões:

1. Diz o que entendes por trabalho doméstico.
2. Na tua opinião, é importante as mulheres trabalharem fora de casa? Porquê?

4.2 A ligação entre trabalho e família.

Quer o trabalho das pessoas seja realizado no contexto doméstico (na agricultura, por exemplo), quer fora dele (trabalho pago), há sempre uma ligação entre o trabalho e a família. Esta ligação tem aspetos positivos e negativos.

A participação no mercado de trabalho, quer dizer, a realização de trabalho pago, fora do contexto familiar, é um fator muito positivo para a pessoa e para a sua família. Antes de mais, permite que as famílias melhorem a sua situação económica e possam adquirir produtos que de outra forma não poderiam. A isto pode chamar-se a aquisição de capital económico, através do trabalho. Mas trabalhar fora do contexto familiar também proporciona o contacto com outras pessoas e outros conhecimentos que podem ser úteis para a família. Diz-se, neste caso, que se adquire capital social. A vida familiar pode, assim, melhorar devido à participação da pessoa no mercado de trabalho. Por isso é comum a Sociologia defender que o trabalho é uma fonte de capital económico e de capital social.

Por outro lado, ao trabalhar fora de casa, tendo uma profissão, a pessoa sente-se melhor, gosta mais dela própria (autoestima) e tem mais orgulho

em si. Esta situação ajuda até a pessoa a definir a sua identidade pessoal. Isto é, a pessoa tende a ver-se como um profissional e a definir-se como tal.

Exercer uma profissão também traz um certo reconhecimento social. Há profissões com mais prestígio social do que outras. Portanto, o que cada um faz é, também, importante para determinar o seu lugar na estrutura social de classes.

A família é, por seu lado, igualmente, importante para o trabalho. As pessoas, homem ou mulher, tendem a motivar-se ou a envolver-se mais no trabalho quando têm a responsabilidade de contribuir para a vida da sua família. E o trabalho doméstico (normalmente, como vimos, feito pelas mulheres) é importante para garantir que a pessoa tem as condições físicas necessárias para realizar as suas atividades. Por exemplo, uma boa alimentação assegurada na família é importante para os filhos terem sucesso na escola e para os adultos terem força física para desenvolver as suas atividades.

No entanto, a participação no mercado de trabalho também pode ter efeitos negativos. O trabalho traz muitas exigências e responsabilidades. Por outro lado, as pessoas quase nunca têm total autonomia para realizar as suas tarefas. Muitas vezes o trabalho é muito controlado pelos superiores e não há apoio no local onde se trabalha para que ele possa ser feito da melhor maneira.

Assim, o trabalho, sobretudo quando é em excesso, também pode ter efeitos negativos no bem-estar da pessoa e da família. Quando o trabalho é excessivo provoca desmotivação e o afastamento da pessoa da família, já que passa a estar muitas horas fora de casa. Ao trabalhar fora do contexto familiar, o trabalhador perde controlo sobre aquilo que está a fazer. Por exemplo, o trabalhador tem de trabalhar um número fixo de horas e com um determinado ritmo, deixando de ter controlo sobre o uso do seu tempo.

Trabalhar fora do contexto familiar pode significar a necessidade de trabalhar durante horários alargados, deslocações demoradas ou frequentes para fora da sua residência, trabalho por turnos (principalmente nos países industrializados onde os trabalhadores têm turnos de trabalho de 8 horas, trabalhando de noite e de madrugada), e outras limitações. Estas acabam por retirar tempo ao trabalhador para estar com a sua família.

Podem, por vezes, surgir sentimentos de fadiga física e psicológica - conhecidos por **stress** - ou problemas de interferência negativa do trabalho sobre a família e vice-versa. Isto tem efeitos negativos no próprio trabalhador. Mas também pode acontecer que as experiências vividas pelo trabalhador no domínio, por exemplo, da família, tenham efeitos positivos sobre o trabalho. Quando tal acontece o trabalhador sente uma sensação de bem-estar e de satisfação com a vida.

Stress

Corresponde a um esgotamento, exaustão ou fadiga resultante de uma exposição prolongada a um trabalho muito intenso.

Atividade

Copia o seguinte quadro para o teu caderno e completa-o.

Relação entre trabalho e família	
Aspetos positivos	Aspetos negativos
Melhora a situação económica das famílias	Pode provocar stress

4.3 Políticas do Estado de apoio à família.

Em muitos países a entrada das mulheres no mercado de trabalho levou a que, em muitas famílias, tanto o pai como a mãe se encontrem a trabalhar fora do contexto familiar. Para muitas famílias isto traz problemas para a conciliação entre as responsabilidades domésticas e as responsabilidades no trabalho.

Em alguns países, esta situação levou muitos governos a definirem políticas de apoio à família para promover uma maior igualdade entre homens e mulheres. O conceito de **políticas de família** surge para designar as ações dos diferentes governos dirigidas às famílias.

As políticas de família correspondem, então, à legislação, às resoluções, subsídios e programas definidos para atingir objetivos de melhorar a vida da pessoa ou de todo o grupo familiar. Estas políticas podem ser mais ou menos explícitas ou implícitas. As políticas são explícitas quando são criados órgãos, dentro do governo, responsáveis pelas questões da família (por exemplo a direção geral ou secretaria de estado), ou quando são

Políticas de família

Correspondem às iniciativas dos governos para regular e apoiar a vida das famílias.

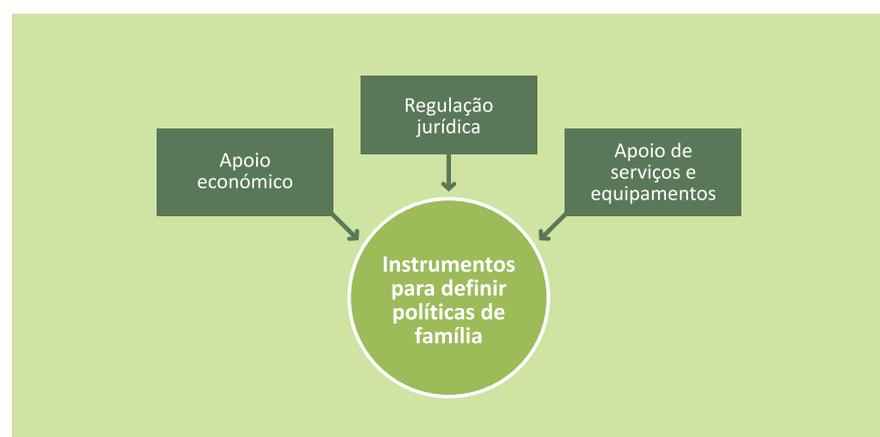
criadas políticas com objetivos específicos para a família (por exemplo dar assistência médica às mães ou licença de maternidade ou paternidade).

As políticas são implícitas, quando as ações do governo surgem a partir de outras políticas mais gerais que não tinham como objetivo inicial a família. Por exemplo, políticas sobre habitação ou emprego podem ter implicações sobre a família (no caso de melhorar o saneamento básico ou água canalizada numa região, o trabalho doméstico é mais facilitado).



Para definir políticas de família, o governo tem à sua disposição três instrumentos principais:

1. O apoio económico – os governos podem dar apoio às famílias com subsídios ou fazendo-as pagar menos impostos (através da chamada política fiscal);
2. A regulação jurídica – através das leis os governos também podem intervir na vida das famílias. (Por exemplo criando leis sobre o divórcio, a sucessão e transmissão do património através das heranças ou sobre a violência doméstica, entre outros).
3. O apoio em serviços e equipamentos – para apoiar as famílias os governos podem, ainda, criar creches, infantários, centros de dia e lares.



O tipo de políticas que os governos definem para apoiar as famílias depende, em grande parte, das ideias dominantes em cada sociedade sobre o que deve ser a família e o comportamento dos seus membros. Depende, também, do nível de desenvolvimento socioeconómico do país e das suas tradições de proteção social dos seus cidadãos.

Em Timor-Leste, ao contrário do que acontece em muitos países, não está definida pela lei uma idade mínima para o casamento. A taxa de fertilidade é das mais elevadas do mundo. De acordo com o inquérito demográfico e de saúde, realizado em 2009-2010, em Timor-Leste cada mulher tem, em média, 5.7 filhos. No entanto, existem diferenças entre as regiões urbanas e rurais. Nas cidades as mulheres têm menos filhos do que noutras regiões. O distrito onde nascem mais crianças é Ainaro. Os níveis de fertilidade também não são iguais para as mulheres com diferentes níveis de educação. As mulheres que não foram à escola têm mais filhos do que as que andaram durante muitos anos a estudar. Uma grande parte dos partos (78%) é feita em casa sem assistência médica (apenas com o apoio de familiares ou vizinhas). Esta é uma das causas importantes da taxa muito elevada de mortalidade nas mães e nos recém-nascidos. Em Timor-Leste em cada dezasseis crianças que nascem há uma que morre antes dos cinco anos.



A família tem sido uma preocupação das políticas desenvolvidas em Timor-Leste

Desde a sua fundação que os governos de Timor-Leste tiveram uma grande preocupação com a família na definição das leis do país. A constituição de Timor-Leste, para além de assegurar a igualdade entre homens e mulheres, garante a proteção de todas as crianças (nascidas dentro ou fora do matrimónio) contra todas as formas de abandono, discriminação, violência, opressão, abuso sexual e exploração. O Artigo 39.º regula, em especial, a família, o casamento e a maternidade. Neste artigo afirma-se que:

1. O Estado protege a família como célula base da sociedade e condição para o harmonioso desenvolvimento da pessoa.
2. Todos têm direito a constituir e a viver em família.
3. O casamento assenta no livre consentimento das partes e na plena igualdade de direitos entre os cônjuges, nos termos da lei.
4. A maternidade é dignificada e protegida, assegurando-se a todas as mulheres proteção especial durante a gravidez e após o parto e às mulheres trabalhadoras direito a dispensa de trabalho por período adequado, antes e depois do parto, sem perda de retribuição e de quaisquer outras regalias, nos termos da lei.

É, no entanto, o código civil de Timor-Leste (Lei 10/2011) que regula a instituição familiar.

Em Timor-Leste, em 2010, foi criada uma lei importante para o apoio à família. A lei 7/2010 proíbe todas as formas de violência na família. Esta lei considera a família como a unidade social e cultural fundamental de Timor-Leste. De acordo com o inquérito demográfico e de saúde, em 2009-2010, 50% das mulheres afirmaram ter sido vítimas de violência física ou sexual. Um terço das mulheres (38%) tinha sido vítima de violência doméstica desde os 15 anos. Ainda 74% das mulheres casadas afirmam que foram vítimas de violência por parte do seu marido ou companheiro. Há, também uma percentagem considerável que afirma ter sido vítima de violência por parte da sua mãe ou madrasta (34%), do seu pai ou padrasto (26%), do seu irmão ou irmãos (11%) e de outros parentes (6%). É importante referir que a violência doméstica não resulta sempre de agressão do marido sobre a esposa. Em 2009-2010 6% das mulheres afirmaram ter exercido violência sobre o seu marido.

Existem, ainda, outras medidas legais que não foram tomadas a pensar na família, mas que têm efeitos sobre ela. Um exemplo é a criação, pelo Ministério da Solidariedade Social, de um sistema de “Bolsas da Mãe”. Estas devem permitir que mães solteiras, viúvas e de famílias pobres

possam dar apoio mínimo aos seus filhos e aumentar o número de matrículas na escola. Outro exemplo é o projeto do Ministério da Saúde para o planeamento familiar e os cuidados de saúde maternal e da criança, iniciado em 2002. Com base neste projeto foram distribuídos métodos contraceptivos pelas famílias nos diversos distritos.



Atividade

Pergunta, em casa, aos elementos mais velhos da tua família, quantas pessoas viviam na mesma casa quando eram jovens, com que idade casaram e o que faziam a sua mãe e o seu pai no dia-a-dia. Compara as respostas com o que se passa em tua casa hoje.

Responde, no teu caderno, às seguintes questões:

1. O que mudou em relação ao que se passava antes e agora?
2. Na tua opinião, o que deveria ser mudado na actualidade na forma como a família está organizada?